

O JAPÃO IMPERIALISTA: “PATTERNS OF RACE WAR” EM UMA ANÁLISE CULTURAL SOBRE A CHINA E A COREIA DE 1894 A 1945

Kira Popov Custódio Castro Souza¹
Luís Guilherme Rodrigues Pinheiro²

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a presença do racismo durante a história do Império Japonês, focado na sua intervenção em dois países principais, China e Coreia, bem como a relevância da arte no processo de caracterização desse racismo especialmente desde a Primeira Guerra Sino-Japonesa, iniciada em 1894. O objetivo é trazer uma análise da Guerra do Pacífico (1941-1945), focando na lente do racismo e da xenofobia vista através da arte. Para isso, a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, citando, principalmente, o trabalho de Dower, que, inclusive, nomeia o presente artigo com a expressão *patterns of race war*. Essa descrição foi feita por meio de uma contextualização histórica da ascensão do Japão como uma potência imperialista - depois, foram realizadas análises sobre suas relações com duas das nações por ele dominadas, com um foco não só na dominação militar, mas também cultural e, em especial, do tratamento racista e xenofóbico entre esses atores. Por fim, ficou constatado o papel das artes não só na representação, mas também na disseminação desses preconceitos; especialmente devido ao seu uso no contexto da Guerra do Pacífico.

Palavras-chaves: Japão; Imperialismo; China; Coreia; *Race War*; Cultura; Arte.

ABSTRACT

This article discusses the presence of racism during the history of the Japanese Empire, focused on two main countries, China and Korea, as well as the relevance of art in the process of characterizing this racism, especially since the First Sino-Japanese War started in 1894. The objective is to bring an analysis from another perspective of the Pacific War, focusing on the lens of racism and xenophobia seen through art. To achieve this, the methodology adopted was a bibliographical review, citing mainly the work of Dower (1986), who even names this article with the expression 'patterns of race war', but also other main authors such as Gruhl (2007), Mitter (2013), Sakurai (2007) and Nam (2018) who help describe the process of Japanese domination. This description was made through a historical contextualization of Japan's rise as an imperialist power - then, some analyzes were carried out on its relations with two of the nations it dominated, with a focus not only on military domination, but also cultural and, in especially, the racist and xenophobic interactions between these actors. Finally, the role of the arts was established not only in representation, but also in the dissemination of these prejudices; especially given its use in the context of the Pacific War.

Keywords: Japan; Imperialism; China; Korea; Race War; Culture; Art.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, pautado no contexto das discussões tidas no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI), objetiva compreender, concomitantemente, duas áreas: Artes e Relações Internacionais, a segunda de uma perspectiva mais histórica e a primeira de modo complementar a ela. Para isso, foi escolhido o trabalho de Dower “*War Without Mercy: Race and Power in the Pacific War*”, de 1986, como base para as produções e, com isso, a circunstância da Guerra do Pacífico. Mais precisamente, o artigo busca analisar como o conflito entre o Japão e, de modo particular, a China e a Coreia, foi permeado de interações racistas e xenofóbicas e como tais interações podem ser vistas através da arte.

Essa análise é relevante devido à posterior ascensão do Japão como potência mundial no pós Segunda Guerra e na atual ascensão chinesa frente aos Estados Unidos, bem como os resquícios dos conflitos dessa época refletem na relação dessas nações nos dias de hoje. No entanto, o artigo se limita aos acontecimentos prévios e da época da Guerra do Pacífico, deixando o estudo dessas repercussões para outras oportunidades.

Metodologicamente, o artigo traz uma pesquisa bibliográfica, focado em autores que retratam o conflito e as relações entre nações e suas populações, trazendo exemplos artísticos que ajudam a entender o teor preconceituoso de tais relações, como óperas, músicas, obras cinematográficas, etc. De autores, o trabalho do Dower (1986) foi central, como já mencionado, mas também foram utilizadas as ideias de Gruhl (2007), Mitter (2013), Sakurai (2007) e Nam (2018) para retratar essa perspectiva artística, que por vezes demonstram esse viés e o perpetuam, e de *race war* que o artigo propõe.

O termo *race war*, como está, pode ter duas interpretações. A primeira interpretação refere-se ao conceito de uma guerra entre duas ‘raças’. Por sua vez, a segunda interpretação é baseada no entendimento trazido pelo Dower (1986) de uma guerra em questão foi pautada em preconceitos e alimentado por orgulho racial; isto é, muito condizente com a perspectiva intencionada.

Assim sendo, o artigo conclui que as artes foram um ponto de análise importante para estudar o período, bem como representaram um meio em si de participar da *race war*. Também foi possível analisar alguns casos em que isso ocorreu tanto na suas relações com a China quanto na Coreia e até nos Estados Unidos da América (EUA).

O SURGIMENTO DE UM JAPÃO IMPERIALISTA

A Guerra do Pacífico foi um conflito entre as forças dos Aliados - composta por Reino Unido, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - e do Eixo - composta por Alemanha, Itália e Japão, inicialmente - que aconteceu entre os anos de 1941 e 1945, com foco no embate entre Japão e Estados Unidos da América (EUA), após um ataque japonês a uma base naval norte-americana no Pacífico. Esse conflito foi um reflexo das mudanças internas do Império Japonês e também do seu expansionismo pela Ásia, chegando a invadir e conquistar diversos países e colônias ocidentais. Entretanto, para uma melhor compreensão, é necessário analisar primeiro os fenômenos que levaram à postura do Japão diante do conflito.

Nesse sentido, alguns acontecimentos históricos são importantes para entender a posição japonesa durante a guerra e contextualizar o seu lugar entre as potências imperialistas, especialmente devido à rapidez com que passou de uma nação ignorada e considerada obscura e atrasada pelo Ocidente a uma nação por ele reconhecida como uma importante potência mundial, como narra e complementa Henshall (2004, p.145): “Esse feito é considerado, na história mundial, a realização mais notável, num período tão curto, por parte de qualquer nação”.

Assim sendo, cabe apontar, primeiramente, o isolamento japonês durante o regime Tokugawa (1600-1868, aproximadamente). Durante esse período, a partir de 1639, todos os estrangeiros foram expulsos e o *xogunato*³ consolidou uma política de rejeição a qualquer tipo de “estrangeirismo”. Também não era permitido aos japoneses viajarem para o exterior (Henshall, 2004). Esse isolacionismo se deu principalmente pelo reconhecimento da ameaça estrangeira ao poder do xogunato e uma de suas consequências foi, também, a consolidação de uma identidade nacional pautada nessa relutância quanto ao estrangeiro.

Essa relutância ainda seria vista mesmo durante o período de fim do isolacionismo. Alguns defensores da abertura foram assassinados mesmo ao sugerirem, como fez Sakuma Shozan, uma junção de pontos orientais e ocidentais, pautados no lema “ética oriental, ciência ocidental”. Contrários a esse tipo de ideia, nacionais mais radicais guiavam-se pelo lema de “reverenciemos o imperador, expulsemos os bárbaros”, que trazia um teor xenofóbico que agradava ao *xogunato*, como descreve Henshall (2004).

Esse sentimento xenofóbico se intensificou ainda mais quando, forçado a abrir-se inevitavelmente, o Japão assinou os chamados “tratados desiguais”. A falta de habilidade do *xogunato* de lidar com a interferência estrangeira, bem como uma série de revoltas

iniciadas pelo domínio de Choshu⁴ acabaram por desencadear no fim desse sistema. A partir desse acontecimento, a situação do Japão mudou significativamente, incluindo, principalmente, o contato com o Ocidente, conforme analisado em:

Em todo caso, o poder dos xoguns, que durou cerca de 700 anos, tinha terminado. Os diabos estrangeiros estavam de volta e pareciam que não se iriam embora. Quando esses diabos apareceram pela primeira vez, um desenho humorístico popular, baseado na tradição japonesa dos “concursos de peito” (...) mostrava os ocidentais despedaçados por peidos japoneses. (...) Os diabos estrangeiros não iriam ser varridos desta maneira. Pelo contrário, tinham sido os estrangeiros a (...) rebentar com as portas do país fechado (Henshall, 2004, p. 99).

Após o fim do *xogunato*, o Japão entrou na Era Meiji (1868-1912), um período caracterizado pela rápida industrialização, pela unificação do exército, pelo crescimento econômico, pelo teor nacionalista em prol de construir uma sociedade “forte” e, em especial, por uma política educacional controlada completamente pelo Império. Essa política se deu por meio da promulgação do Edito da Educação, o qual, segundo Sakurai (2007, p. 133-134), “ [...] é um documento de poucas linhas em que [...] se espera a manutenção e reprodução do império. Retoma o mito de origem - ‘Os nossos ancestrais imperiais fundaram o nosso império...’”. Entre outros aspectos, esse edito também incentivava o trabalho pela nação e pelo imperador e, com isso, promovia o orgulho e a identidade nacionais.

Essa construção da identidade nacional foi fundamental como motivação para a expansão do Império Japonês durante o século XX. Como mencionado, o dever para com a nação e o orgulho foram essenciais para esse sentimento nacionalista. Outros argumentos, como também descrito por Sakurai (2007), foram a exclusividade e a *uniqueness*, com o intuito de glorificar a história do povo japonês. Esses argumentos eram ainda relacionados ao relato de que os japoneses eram capazes de construir sua história sem interferência externa, demonstrando ainda uma homogeneidade e uma unidade, pautada até na uniformidade linguística e no isolacionismo.

Esse sentimento de unidade, no entanto, acabou por tornar proeminente, também, a xenofobia e o racismo japoneses, já que tinham como alicerce o povo japonês como um só grande grupo que se distingue das demais nações por sua ligação com a família imperial e, conseqüentemente, com a deusa Amaterasu do Sol (Sakurai, 2007). Dito isso, tem-se uma conclusão de que o sentimento de superioridade do Japão vinha de uma união entre orgulho nacional, a crença na figura divina do imperador e uma centralidade cultural advinda do isolacionismo.

Esses elementos, combinados com uma escassez de recursos para um Japão cada vez mais industrial e com um exército mais participativo, o que gerou um discurso não tão diferente do “espaço vital” usado por Hitler para defender o expansionismo alemão, foram alguns dos pilares que motivaram o imperialismo japonês. Fatores culturais e históricos, assim como um antecedente de xenofobia e de racismo, fizeram com que a conquista japonesa da Ásia, durante o século XX e até a Guerra do Pacífico, fosse o objeto de estudo do presente artigo, que busca, dentre outros objetivos, esclarecer um pouco os padrões de uma “race war”, como a denomina Dower (1986), e o papel da cultura e até da arte no entendimento desse fenômeno.

A RELAÇÃO JAPÃO-CHINA (1894-1945)

O relacionamento entre China e Japão nos séculos XIX e XX foi marcado por intensas tensões e conflitos, cujas repercussões ainda influenciam a dinâmica entre os dois países na atualidade. Para entender melhor o contexto da Guerra do Pacífico e do imperialismo japonês, é fundamental examinar a intervenção japonesa na China, dada, principalmente, pelas duas Guerras Sino-Japonesas.

A Primeira Guerra Sino-Japonesa durou de 1894 a 1895 e, embora curta, serviu para mudar drasticamente o panorama das potências asiáticas na época. Essa guerra foi caracterizada, principalmente, pelo embate entre China e Japão sobre o controle da Coreia. Para os chineses, a península coreana era um protetorado tarifário importante; para os japoneses, era uma território estratégico que representava interesses expansionistas e também um ponto de desembarque estratégico na Ásia continental para as tropas japonesas (Paine, 2009).

O Japão saiu vitorioso e, continuando uma onda de conquista, invadiu o território chinês da Manchúria, dominando-o também. Como derrotada, a China também teve que ceder Taiwan e as Ilhas Pescadores, bem como permitir a navegação japonesa no rio Yangtze e uso dos portos marinhos, reconhecer os interesses japoneses na Coreia e, ainda, pagar uma indenização de guerra como parte do Tratado de Shimonoseki, assinado ao fim do conflito. Diante disso, é importante ter em vista o contexto histórico dos dois lados do conflito para melhor entender suas consequências no balanço de poder e nos conflitos subsequentes na região, como a Guerra Russo-Japonesa e a Segunda Guerra Sino-Japonesa, bem como a Segunda Guerra em geral.

Inicialmente, a China do final do século XIX não era considerada uma potência pelo Japão. Ela estava passando pela decadência de sua última dinastia, a Qing, e, à época da Primeira Guerra Sino-Japonesa, havia acabado de sair perdedora das Guerras do Ópio com a Inglaterra, tendo sido obrigada a ceder Hong Kong aos ingleses e a assinar com eles diversos tratados desiguais. Além disso, devido a esse enfraquecimento, muitas potências como França, Alemanha e Rússia tiveram sucesso em ocupar partes da China. Outro ponto também foram as diversas rebeliões internas que ocorreram durante esse período. Dito isso, houve uma tentativa de reação da dinastia, que se deu por meio de uma industrialização de armamentos pautada na maneira ocidental - porém essa tentativa não foi bem-sucedida e, durante uma batalha contra os franceses no Vietnã, demorou apenas uma hora para que eles conseguissem destruir uma frota de navios novos chineses (Ben, 2022).

No entanto, o Japão ainda possuía uma consideração mínima pela China, como descrito por Sakurai (2007, p. 151):

Se não era cordial, o Japão pelo menos sempre respeitou seus vizinhos. Reconhecia a China como a matriz de muitos fundamentos da cultura japonesa - a escrita, a religião budista, o confucionismo - e a Coreia como intermediária entre Japão e China e fonte de importantes aquisições culturais como a cerâmica.

Essa visão é mudada no período pré, pós e durante a Guerra Sino-Japonesa. Mesmo que o Japão tenha tido, de acordo com Oscar (2021), a China como uma inspiração em diversos âmbitos, como religião, leis e sistema de governo, depois da Restauração Meiji o Japão passou a ver a China como antiquada, fraca e incapaz de se defender das potências ocidentais. Dito isso, pode-se dizer que essa percepção japonesa foi comprovada diante da vitória 'fácil' sobre os chineses.

Paine (2009) também traz uma análise interessante sobre a perspectiva e visão ocidentais sobre o Japão e a China, tanto antes quanto depois da Guerra Sino-Japonesa. No pré-guerra, ele descreve que o Japão era conhecido no Ocidente, principalmente, pela operetta "*The Mikado*" de Gilbert e Sullivan, que traduzia o Japão para os europeus como uma nação pitoresca e estupidamente preocupada com regras de etiqueta ao invés dos assuntos sérios com os quais as potências europeias se preocupavam. Paine (2009) também descreve que, quando não era retratado desse jeito, o Japão era tido como uma nação extremamente violenta - os asiáticos no geral eram tidos como apreciadores da decapitação e os japoneses, em especial, eram apegados ao método de execução da espada de samurai.

Curiosamente, em 1906, essa perspectiva imagética do Japão advinda do *Mikado* foi substituída por uma outra visão promovida por uma ópera de Puccini chamada *Madama Butterfly*, de 1906. Essa ópera é uma adaptação de uma peça que, por sua vez, é adaptada do romance *Madame Chrysanthème* escrito por Pierre Loti. Em comparação com o livro, que descrevia um caso amoroso entre um oficial americano e uma japonesa e que retratava os japoneses como macacos e a Butterfly como uma oportunista sem escrúpulos..

A ópera, no entanto, retrata os papéis invertidos: o oficial afasta Butterfly de sua família e eles se casam, então ele a abandona e volta para os EUA. Butterfly é deixada sozinha com um filho e rejeita um pretendente japonês à espera do oficial, apenas para descobrir que ele havia se casado com uma mulher americana. Ela, instruída por seu marido, conta a Butterfly sobre o casamento, o que culmina em seu suicídio com uma espada de samurai cuja lâmina era encravada com a frase “*to die with honour when one can no longer live without honour*”. Na ópera, toda a glória vai para os japoneses, sem nenhum mérito para os americanos (Paine, 2009, p. 17-18). Esse retrato posterior é um exemplo claro de como as narrativas americanas e japonesas se contradiziam com o objetivo de desvalorizar, reprimir ou ridicularizar o oponente, como será abordado mais para frente novamente no contexto da Guerra do Pacífico.

No caso da China, Paine (2009) traz que não havia um equivalente ao “*The Mikado*”, porém, havia livros e descrições feitas por missionários enviados à China. Embora houvesse muitos escritos elaborados por Marco Polo e Cristóvão Colombo sobre o país, o que se sobressaiu foi o relato do jesuíta Matteo Ricci, que descreveu uma política unificada baseada no Confucionismo. Para uma Europa com um histórico de conflitos religiosos, isso foi um choque.

Outro jesuíta, Jean Baptiste du Hale, descreveu a China como “o mais memorável dos países conhecidos”. Durante a época iluminista, ainda, autores elogiaram a China como uma ‘monarquia iluminada’ e Voltaire disse não ser possível para a mente humana pensar em um governo melhor do que o que era praticado na China. Mesmo depois da derrota nas Guerras do Ópio, o país ainda era visto com venerabilidade, teve seus esforços de modernização reconhecidos e seu crescimento foi até comparado ao do Japão (Paine, 2009).

Essas visões, entretanto, mudaram completamente depois da guerra sino-japonesa. Ao mesmo tempo que o Japão passou a ser mais bem-visto e

reconhecido no ocidente, a imagem da China passou por uma rápida decadência. Paine descreve também essa mudança radical por meio da fala de Sir Henry Norman, um jornalista britânico:

The war with China and the treaty with England [of 1894, according Japan juridical equality] will at last force foreigners to see Japan as she is. The Japanese are a martial and proud race, with marvelous intelligence, and untiring energy and enthusiasm.' He believed that their goal in Asia mirrored England's in Europe, namely, 'to hold the balance of power in the Far East (Paine, 2009, p. 17).

No que se refere à China, a visão predominante era bastante negativa, chegando a ser insultante. O país era descrito como corrupto, mal-governado, incoerente e sem meios para se defender. Também era dito que acreditar na melhora da China era uma fé desperdiçada e que suas pessoas eram ignorantes e seus governantes, estúpidos. Além disso, a China também era tida como “the sick man of Asia” em um paralelo com sua contrapartida otomana (Paine, 2009). Esses e outros termos foram usados para perpetuar a nova visão ocidental da China, estabelecendo, assim, uma inversão de papéis notável entre os dois países: o Japão, que antes era tido como violento, pitoresco e fútil, agora era um exemplo militar com uma conduta orgulhosa e a China, outrora um país iluminado, unificado e com um governo esclarecido, nada mais era do que corrupta, fraca e velha depois de sua derrota.

Essa vitória foi o início do imperialismo japonês, representando esse momento de ruptura e apresentando o Japão como uma possível potência dotada de uma capacidade militar considerável. Sakurai (2007, p. 152) complementa: “É dessa época a expressão “perigo amarelo” que, durante as décadas seguintes, sintetizou o receio ocidental em relação ao Japão guerreiro”.

Como reação a isso, logo depois do fim da guerra, a Rússia, tendo seus próprios interesses na Coreia, uniu-se com a França e Alemanha na chamada Intervenção Tripartite (1895) para aconselhar o Japão a retirar-se da Manchúria⁵ em prol da estabilidade e harmonia da região. O Japão, visando a manter a favorabilidade das potências europeias, cedeu e se afastou, para o grande descontentamento do povo japonês. No entanto, alguns anos mais tarde, essas mesmas potências europeias começaram a dividir entre si partes da China, culminando na indignação japonesa quando a Rússia ocupou a parte da Manchúria que tinha feito o Japão ceder anos antes. A relação entre Japão e Rússia ia deteriorando-se e, como resposta, os japoneses propuseram que os russos reconhecessem seus interesses na Coreia em troca do

reconhecimento japonês do interesse russo na Manchúria. A Rússia, todavia, opôs-se (Henshall, 2004).

Essa situação levou à Guerra Russo-Japonesa, iniciada em 1904 com o ataque japonês a Port Arthur, uma base russa na China de grande importância por ser a única base no Pacífico que não sofre com congelamentos durante o inverno. Dessa guerra o Japão saiu vitorioso mais uma vez. A Rússia, pelo Tratado de Paz de Portsmouth, teve que deixar Port Arthur, reconhecer os interesses japoneses na Coreia e desistir da Manchúria.

Essa vitória foi um ponto de virada na trajetória imperialista japonesa, representando a vitória de uma potência asiática sobre uma europeia, ou de não brancos sobre brancos, como a descreve Dower (1986). Suas repercussões e significado são descritos por Sakurai (2007, p. 153-154):

O êxito sobre o império russo foi visto pelos dirigentes japoneses como uma vitória até então sem igual. A derrota de uma das potências europeias, um império de enormes dimensões, teve um significado especial para os japoneses: como se o pequeno arquipélago tivesse vencido um gigante Golias. Do ponto de vista estratégico, ao final dessa guerra, o Japão conseguiu alargar a sua área de influência sobre o território russo e sobre a área de confluência da Rússia com a China .

A guerra não foi apenas uma quebra de expectativa para os japoneses e russos. Whistler (2022) aponta que, no início do século XX, o mundo era dominado por potências europeias, que eram vistas como tecnologicamente mais avançadas. Com exceção dos Estados Unidos, havia pouca expectativa de que nações de outras regiões, como África, Oriente Médio ou Ásia, pudessem desafiar essa ordem estabelecida, refletindo a percepção de superioridade tecnológica e cultural das potências europeias na época.

Henshall (2004) conclui esse raciocínio dizendo que, finalmente, o Japão conseguiu igualar-se às potências europeias. Em vez de temer o colonialismo pelas potências imperialistas, por exemplo, ele era agora capaz de ter um lugar entre elas, tendo diversas conquistas territoriais na Ásia. O Japão tinha, por fim, aprendido a jogar como potência mundial.

No âmbito interno, vale também ressaltar que não era só relevante a dicotomia entre ocidente e oriente, mas também a própria visão japonesa sobre os chineses no final da Primeira Guerra Sino-Japonesa. Dower (1986) narra que era muito comum que os japoneses tentassem se distanciar, racialmente, também dos outros povos asiáticos. Ele exemplifica por meio de xilogravuras⁶ dessa guerra, nelas, os japoneses eram retratados

tais quais homens brancos, enquanto os chineses eram pequenos, de cara redonda, amarelos e, como um todo, assim como os ocidentais costumam retratar os orientais. Essa diferenciação mostra como os japoneses buscavam se inserir às potências ocidentais e se separar, tanto racial quanto bélica e culturalmente, das outras nações asiáticas tidas como ‘inferiores, fracas e ultrapassadas’; adjetivos que pareciam corriqueiramente usados para se referir à China.

Ratificando isso de certo modo, a China, entre o final do século XIX e início do século XX, encontrava-se completamente desmoralizada e pensava em meios de contornar sua crise. Nesse contexto, chegou a inspirar-se em ideologias e filosofias ocidentais, como a ideia de Herbert Spencer do ‘Darwinismo Social’, que dizia que não só as espécies, mas também pessoas e raças competiam por maestria, essa corrente, apesar de agora considerada como uma pseudociência, tornou-se muito popular na Ásia, já que explicava o motivo de seu declínio e também uma possível solução (Mitter, 2013). Essa solução viria na forma de tentativas de mudança política, rebeliões e revoltas.

Em 1900, por exemplo, ocorreu uma revolta motivada principalmente pelo ressentimento à presença estrangeira na China que ficou conhecida como Levante Boxer. Caracterizados por slogans xenofóbicos, como os descritos por Mitter (2013, p. 51) em *“When the foreign devils have all been killed, a heavy rain will fall”*⁷, as ações de violência dos Boxers para com os estrangeiros pintaram o cenário das ruas chinesas. A revolta ganhou o apoio das tropas imperiais sob o comando da Imperatriz Viúva Cixi, porém, foi suprimida por uma força internacional que incluía, dentre outros atores, Japão, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Rússia. No fim, a China teve que, mais um vez, pagar uma indenização aos envolvidos e Pequim foi dividida em distritos pelas forças internacionais, bem como houve pilhagens e leilões de patrimônios chineses. Essa revolta, além de alguns outros momentos, enfraqueceu drasticamente o poder da dinastia Qing, a qual foi derrubada em 1911, sendo a República da China instaurada no ano seguinte, terminando assim os mais de 2 mil anos de dinastias chinesas (National Army Museum).

A transformação de governo imperial para república é necessária para se analisar, posteriormente, a relação entre China e Japão na Segunda Guerra Sino-Japonesa, iniciada em 1937. Para muitos, esse conflito deveria ser considerado, na verdade, o primeiro conflito da Segunda Guerra Mundial, em vez de ter seu começo marcado em 1939, ou até mesmo a invasão japonesa à Manchúria, em 1931.

Em primeira instância, os primeiros anos da república chinesa foram turbulentos. Logo após a instauração do governo e uma crise com seus líderes, a China se via no meio da explosão da Primeira Guerra Mundial. Yuan Shikai era o líder da China e, após a vitória da Tríplice Entente e a assinatura do Tratado de Versalhes, os territórios chineses antes controlados pela Alemanha, em vez de devolvidos, foram oferecidos ao Japão.

Além disso, em 1915, o Japão pressionou Yuan com o que ficaram conhecidas como “As Vinte e Uma Exigências”, as quais eram uma série de concessões que a China deveria fazer ao Japão e que a tornavam basicamente um território dependente. Yuan tentou reduzir e suprimir as exigências e resistir à pressão, mas acabou cedendo - especialmente com vistas às tentativas falhas de negociar e de estratégias de imprensa, a passar por um ultimato militar e a perceber que os americanos não iriam se envolver. Como consequência, o Japão saiu de certo modo vitorioso nas negociações, porém criou-se um sentimento anti-japonês na China (Naraoka, 2017).

Outro episódio que segue a república e no contexto do movimento de New Culture, narra Mitter (2013), é que o Partido Comunista Chinês teve seu primeiro congresso. O socialismo foi uma das muitas doutrinas ocidentais que chegaram à China no final da dinastia Qing e popularizou-se, também, pela Revolução Russa em 1917. Os presentes, que incluíam Mao Tse Tung, partilhavam da crença que os problemas sociais chineses, não apenas o problema do imperialismo estrangeiro, precisavam de uma solução radical.

A ascensão de Mao Tse-tung e de seu partido resultou em uma China bastante dividida antes da Segunda Guerra Mundial. Embora os nacionalistas, sob o comando de Chiang Kai-shek, tenham conseguido uma união formal, na prática, o controle era apenas parcial. Muitas províncias eram autônomas, controladas por *warlords*, ou ainda estavam sob a influência de Mao Tse-tung. Além disso, a presença e a influência estrangeira também contribuía para a fragmentação do país, como explica Mitter (2013).

Além da situação interna da China, é também relevante tratar de sua relação prévia com os Estados Unidos, os quais, mais tarde, entraram na guerra diante do ataque japonês a Pearl Harbor (1941), além da então rivalidade entre americanos e japoneses.

Desde o século XIX, os chineses eram vistos, principalmente, como imigrantes mais do que indesejados enquanto permaneciam nos Estados Unidos, sendo frequentemente descritos por viajantes como ‘selvagens pagãos’, ‘uma nação de crianças ou idiotas’ e

e ‘uma raça de anões pobres, miseráveis e seres inferiores’. Porém, ao mesmo tempo, os americanos se impressionavam com o tamanho e população da China e temiam que ela pudesse vir a ser um inimigo e uma ameaça, popularizando assim a expressão do ‘perigo amarelo’ (Dower, 1986).

Todavia, após a derrota da China durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa, esse receio mudou de lado e passou a ter o Japão como o novo ‘perigo amarelo’, como descreveu Sakurai (2009). *“This did not, however, simply shift the focus of Yellow Peril fears from China to Japan. Rather, it multiplied those fears”* complementou Dower (1986, p. 190). Escritores como Homer Lea e Sax Rohmer impregnaram, no imaginário popular, visões do que seria o ‘perigo amarelo’, Lea afirmava que, se os EUA não recuperassem sua paixão militar e o senso de propósito, o Japão iria dominar militar e industrialmente o mundo, fazendo com que o Mikado⁸ seja o Mikado dos reis. Por outro lado, Rohmer começou a tratar de um medo muito maior: a possibilidade de uma união de raças contra os brancos (Dower, 1986).

Mesmo assim, a visão americana dos chineses não melhorou. Os chineses continuaram a enfrentar restrições legais à imigração, além de preconceito, xenofobia e tratamento injusto enquanto estavam nos Estados Unidos. Essa situação proporcionou ao Japão uma base para promover sua propaganda pan-asiática. Para evitar isso, os americanos iniciaram medidas para acabar com essa política de exclusão dos chineses, já que sua continuidade poderia levar a uma aliança entre China e Japão, concretizando, assim, o medo da união das raças amarelas contra brancos. Além disso, não havia garantia de que os nacionalistas de Chiang Kai-shek pudessem resistir aos japoneses com a mesma eficácia que haviam demonstrado anteriormente e, caso a China abandonasse os Aliados, as consequências seriam desastrosas (Dower, 1986).

Posto isso, em 1931, o Japão já havia tomado controle da Manchúria. Em 1937, o Incidente da Ponte Marco Polo serviu como o estopim para a Segunda Guerra Sino-Japonesa, o conflito que iniciou o lado da Segunda Guerra conhecido como Guerra do Pacífico. Esse incidente fez com que as duas frentes de uma guerra civil na China, os nacionalistas de Chiang e comunistas de Mao, interrompessem o conflito para unirem-se contra os japoneses (Britannica). Duas músicas populares desse período demonstram claramente o sentimento japonês, a primeira é chamada “Flowers of Patriotism” de 1938 e descreve as grandezas japonesas, comparando-as a flores, como citadas por Dower (1986); a segunda é de 1937 e se chama “Patriot March”, a qual, além de honrar a glória e

e orgulho japoneses, chama aliados com o intuito de tornar o mundo sua casa e florir nosso ideal, como uma flor.

Por isso, é previsível quando Gruhl (2007) descreve que os japoneses estavam confiantes na vitória. Porém, a resistência e o nacionalismo chineses se mostraram mais difíceis de derrotar do que o exército japonês previa, o que gerou em uma frustração que muitas vezes se transformou em bestialidade contra os chineses. Ele complementa dizendo que essa Guerra Sino-Japonesa foi muito mais violenta do que muitos americanos imaginam, chegando a comparar suas batalhas com as vividas na história europeia e dizendo que as batalhas na China foram maiores e mais violentas que as batalhas lutadas pelos Estados Unidos na Guerra do Pacífico.

Apesar da resistência chinesa considerável e memorável, os japoneses continuaram avançando e conquistando territórios, como a cidade de Shanghai (a qual foi atacada e, mediante o repressão internacional, o Japão se retira da Liga das Nações), em direção à capital da época, Nanquim.

É sabido que, quando os japoneses chegam à capital, ocorreu o, como ficou conhecido, Estupro ou Massacre de Nanking. Chang (2011) apresenta, por meio de depoimentos, alguns motivos pelos quais as ações japonesas foram tão violentas em Nanking. Um dos depoimentos é do veterano de guerra japonês Azuma Shiro, que, em um documentário, relatou que as mulheres foram as que mais sofreram durante o Massacre de Nanking. Quando perguntado sobre a prática de estuprar e matar, respondeu que *“Perhaps when we were raping her, we looked at her as a woman”,* escreveu Azuma, *‘but when we killed her, we just thought of her as something like a pig’* narrou Chang (2011, p. 50).

Ainda sobre o Massacre de Nanking, Chang (2011) chama a atenção no início de seu livro sobre a ignorância da população geral sobre o que se passou na cidade em 1937. Em contrapartida, é notável a presença de filmes sobre esse período, como “O Massacre de Nanquim” de 2009, dirigido pelo diretor chinês Lu Chuan, e o filme *“Hundred Regiments Offensive”* de 2015, também dirigido por dois diretores chineses, Haiqiang Ning e Yuzhong Zhang - esse segundo tratando de uma das vezes que o lado chinês, em especial as forças do Partido Comunista, fizeram uma investida bem sucedida contra o império japonês.

Essa resistência chinesa, que durou de 1931 a 1945, é muito relevante para o contexto mundial, sobretudo para as potências ocidentais, que, como comentado,

temiam que a tomada da China pelos japoneses significaria o começo de uma ascensão asiática contra o ocidente.

Apesar disso, como descreve Mitter (2013, p. 6): “*For over four years, until Pearl Harbor, China fought the Japanese practically alone*”. Ou seja, mesmo que os Estados Unidos se mostrassem contra os japoneses desde o princípio, tomavam uma atitude não neutra, mas hesitante em partir para a guerra. Em 1938, o presidente Franklin D. Roosevelt pressionou moralmente as companhias americanas a parar de vender aeronaves, bombas, armamentos, etc. para o Japão. Em 1939, mediante avanços navais japoneses, foi ameaçado o corte do comércio entre EUA e Japão. Somente em 1941, meses antes de Pearl Harbor, que foi mandado o chefe da missão militar da China a Chongqing para tratar da possível entrada da China em uma aliança contra o Japão. E foi só nesse mesmo ano que os EUA implementaram o embargo de óleo ao Japão, mediante o avanço deste à Indochina (Gruhl, 2007).

Alguns meses depois, em 1941, o Japão lançou um ataque surpresa a Pearl Harbor. Esse ataque colocou os Estados Unidos de vez na Guerra do Pacífico. O confronto entre japoneses e americanos também segue *the patterns of race war* como vem sido visto até aqui. Dower (1986) ressalta a formação dos estereótipos racistas, tanto americanos quanto japoneses, para o uso em propaganda de guerra⁹, como sendo os japoneses macacos e os americanos, demônios. A animação “Tokio Jokio” de 1943, dirigida por Norman McCabe, também demonstra a visão racista que tinham os americanos dos japoneses. As propagandas de guerra, tanto do Japão em relação à China, quanto do Japão e Estados Unidos, são permeadas de representações racistas.

No fim, tanto a Guerra do Pacífico quanto a Segunda Guerra Sino-Japonesa encontram seu fim em 1945 após a destruição das cidades de Hiroshima e Nagasaki. A relação entre China e EUA também se alterou durante esse percurso. Barreiras migratórias foram retiradas como uma forma de responder aos aliados e os EUA também passaram a perceber novos mercados e oportunidades na China pós-guerra. Instaurou-se presente também um sentimento geral de que os americanos não estavam prontos para desistir da China e o debate moral que escritores como Snow e White incitaram com seus relatos sobre o sofrimento do povo chinês (Gruhl, 2007).

Por fim, Gruhl (2007) termina dizendo que a China foi o primeiro país a enfrentar agressões no período da Segunda Guerra, mas que, apesar de lutar uma guerra defensiva, não foi menos aliada dos EUA que a Europa. Ele observa que “*circumstances*

could have been far worse for the Western Allies had not China been holding down large, fighting, Japanese forces along with the supporting personnel and materials of war” (Gruhl, 2007, p. 62).

Portanto, é possível perceber, durante a Guerra do Pacífico e também durante as duas Guerras Sino-Japonesas, uma presença constante de racismo e xenofobia que pode alterar seus meios, mas mantém certos padrões, mesmo analisados em todas as suas diferentes ocorrências (China e Japão, China e EUA e EUA e Japão). Os motivos, claro, são diferentes, mas as atitudes são parecidas, o que, como comenta Dower (1986), demonstra o racismo durante a Segunda Guerra Mundial, e mais especificamente a Guerra do Pacífico, o qual não é somente, como mais comumente lembrado, o antissemitismo alemão.

A RELAÇÃO JAPÃO-COREIA (1910-1945)

As relações bilaterais entre o Japão e a Coreia nos séculos XIX e XX foram conturbadas, caracterizadas pelo imperialismo japonês, que projetou seus interesses sobre a Coreia por meio da hegemonia e da colonização. Destarte, para compreender os impactos das projeções imperialistas e colonialistas nipônicas sobre o país coreano, é necessário analisar as ocorrências do império japonês sobre o continente asiático.

Nesse sentido, vale apontar que o colonialismo e o imperialismo japonês sobre a Coreia só decorreu da vitória do Japão na Guerra Russo-Japonesa, conflito proveniente da ambição japonesa, após a modernização do país decorrente da restauração Meiji, haja vista que o Império Russo, bem como o Império Japonês, visava a uma maior influência no continente asiático. Logo, os interesses russos e nipônicos convergiram a um mesmo ponto: a busca de mercados na Ásia, como afirma Suzuki (2019). Diante de tal impasse, as nações idealizaram numerosas soluções diplomáticas por meio de acordos para superar o revés, mas sem êxito. Após sucessivos fracassos, o império japonês declarou guerra ao império russo, em 1904, conflito conhecido como a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

O conflito perdurou por um ano. Ademais, a Guerra Russo-Japonesa foi marcada pelos ataques surpresa do Japão a bases navais e militares estratégicos russos, estratégia que garantiu ao Império Japonês a vitória do conflito após a destruição da tropa naval russa na batalha de Tsushima pelos japoneses, além do nacionalismo e treinamentos

que moveram os soldados japoneses. A Rússia, diante disso, se rendeu assinando o Tratado Portsmouth, em 5 de setembro de 1905. Após a vitória sobre o Império Russo, a potência asiática obteve o direito sobre a Coreia, e, a partir desse marco, deu-se início a exploração da Coreia por parte do Japão. A ocupação japonesa no país começou efetivamente após o término do conflito com a Rússia e a retirada das tropas russas da região. A partir de então, o Estado nipônico começou a projetar-se sobre o Estado coreano por meio do controle das instituições públicas coreanas, ação escancarada no controle da diplomacia coreana pela jurisdição japonesa e na dissolução do exército coreano, designando agentes policiais para exercerem a função de oficiais do exército coreano. Os coreanos, à vista disso, rebelaram-se contra os japoneses por meio de revoltas populares e buscando apoio internacional, no entanto, essas tentativas foram contidas pelas forças japonesas e pela omissão das potências mundiais sobre o domínio da Coreia (Visentini; Pereira; Melchionna, 2004).

O imperador da Coreia, Gojong, posteriormente, foi obrigado a abdicar do trono em favor dos japoneses. Assim, em 1910, o Japão impôs ao país o Tratado de Anexação da Coreia cuja consequência foi a perda da independência coreana. De 1910 a 1945, os nipônicos controlaram a península coreana rigidamente, como afirma Rodrigues (2020), e promoveram mudanças significativas no país. Designaram generais e almirantes submissos ao imperador japonês para governar a Coreia. A nova gestão de militares privou os coreanos dos direitos de liberdade de expressão, imprensa e aglomeração. A educação privada foi abolida no país e a grade curricular da educação pública foi modificada pelo novo governo para tornar a Coreia mais semelhante ao Japão. Matérias de história da Coreia foram substituídas por matérias de história do Japão, além do ensino de língua japonesa como primeiro idioma ser obrigatório nas instituições de ensino. Dessa maneira, o império pretendia dissolver a cultura da Coreia pretendia ser dissolvida pelo império, como afirma Brites (2020, p. 17):

Durante este período, diversas medidas do governo nipônico visaram aos poucos eliminar a identidade coreana e promoveram a ideia de que o povo da península devia paulatinamente adotar os costumes, a língua e a cultura japonesa. Assim, diversas medidas que datam de 1907 a 1940 impunham censura e impedimento a publicação de jornais e livros locais, cuja propriedade fosse de um coreano. Foram implementadas escolas japonesas, no intuito de promover a formação do “cidadão imperial”.

Além da tentativa de apagamento da cultura coreana pelos nipônicos, foram

promovidas reformas financeiras e monetárias na Coreia, objetivando a imposição dos valores do império japonês à população coreana. Mudanças nas redes de transporte também foram realizadas, almejando a locomoção das tropas japonesas no território coreano. É importante apontar que os coreanos tiveram suas terras expropriadas e vendidas por um valor abaixo ao de mercado para japoneses. Isso evidencia de forma explícita o caráter colonialista do Japão neste período.

Faz-se relevante abordar a violência que os coreanos foram submetidos durante a gestão colonial. Dessa forma, enquanto a Coreia era um território japonês, os abusos e as violações contra a população eram recorrentes, como demonstram Visentini, Pereira e Melchionna (2004, p. 17) no seguinte trecho:

[...] os coreanos sofreram ainda mais os efeitos da dominação japonesa, com exploração econômica, recrutamento e emigração forçados de mão de obra, perseguição política, obrigação de servir no exército como força auxiliar e o fenômeno das Mulheres de Prazer (Comfort Women), obrigadas a se prostituir e acompanhar os oficiais japoneses.

A dominação da Coreia pelo Japão, tendo em vista os Direitos Humanos, caracteriza-se como um caso cabível de análises. Nesse sentido, a Declaração dos Direitos Humanos foi publicada após a Segunda Guerra Mundial, cujo objetivo é a defesa da igualdade e dignidade, assegurando direitos básicos a toda humanidade, além de promover o espírito de fraternidade e reconhecer a liberdade de todos os cidadãos, indo de encontro a todo tipo de opressão e discriminação. No entanto, apesar da publicação de cartilhas que asseguram os Direitos Humanos, concomitantemente a atuação de organizações e órgãos internacionais para esse propósito, a garantia desses princípios pode não ser realizada de forma eficaz e plena, sobretudo, em cenários de conflitos. Destarte, analisando a conduta do Império Nipônico na Segunda Guerra Mundial, pode-se perceber que o país conduziu uma série de ações que violaram os princípios dos Direitos Humanos, executando experimentos humanos, violações sexuais contra mulheres e relatos de trabalho forçado, não apenas na Coreia, mas em vários países asiáticos (Nam, 2018).

Um dos crimes que mais chamaram a atenção da comunidade internacional durante a Segunda Guerra Mundial foram as violências sexuais cometidas por soldados japoneses. O Japão imperialista, assim como a Alemanha nazista, defendia a ideia de que a etnia de seu povo era pura e que deveria ser protegida, não podendo haver

miscigenação entre os nipônicos e outras etnias. No entanto, durante esse período, crimes sexuais¹⁰ eram cometidos pelos exércitos nipônicos contra mulheres de outros países asiáticos, constando-se, portanto, um paradoxo nesse contexto. Essas mulheres foram denominadas como “mulheres de conforto” com o intuito de disfarçar as atividades sexuais forçadas e não consentidas que essas moças eram submetidas a realizar (Nam, 2018).

No âmbito econômico, ainda, a economia e a indústria coreana eram altamente dependentes do Japão (Visentini; Pereira; Melchionna, 2004), uma vez que o império nipônico explorava os recursos na Coreia e os enviava para as indústrias japonesas para serem industrializados. Anteriormente, os produtos industrializados eram repassados, de forma desigual, para a população da colônia, pois só pessoas com poder aquisitivo podiam adquirir os produtos produzidos na metrópole. O quadro mudou quando o Japão por meio do relaxamento das políticas de controle industrial, promovendo a inauguração de novas indústrias e de transportes ferroviários, marítimos e rodoviários no país, mas a Coreia ainda era subjugada pelo império.

Imersos em um cenário de subjugação, dominação, exploração, constantes violações de direitos, os coreanos promoveram movimentos anti-nipônicos. No dia 1º de março de 1919, “[...] foi lida uma Declaração de Independência numa manifestação que contou com uma forte onda de cerca de 2 milhões de estudantes e cidadãos que tomaram as ruas exigindo a sua liberdade e a independência” (Rodrigues, 2020, p. 12). Contudo, obedecendo ordens das autoridades japonesas, as tropas militares contiveram, agindo com extrema violência, as manifestações pacíficas. Paralelamente a esse ato, ainda em 1919, foi fundado em Xangai um partido coreano de oposição à ocupação japonesa na Coreia, portanto, constituindo uma aliança entre líderes políticos chineses e coreanos contra os nipônicos que elegeram Syngman Rhee como presidente da Coreia. Nesse período, a imprensa passou a ter mais liberdade e a opressão diminuiu, mas o país na península coreana continuava sob o regime colonial japonês. No âmbito intelectual e artísticos, surgiram movimentos que incentivaram a criação de uma identidade nacional e cultural coreanos por intermédio da criação de canais de publicação de revistas e diários, a saber: *DongA Ilbo* e o *ChonSun Ilbo*, períodos que abordaram a construção de uma identidade nacional e valores democráticos. Além do mais, poemas e novelas que ressaltaram a cultura coreana começaram a ser produzidos (Rodrigues, 2020).

A ocorrência de manifestações contra o domínio e a discriminação do Império

Japoneses aumentaram na Coreia. Como afirma Rodrigues (2020), as autoridades nipônicas aumentaram a opressão militar na nação. Era uma clara tentativa de recuperar o domínio sobre os coreanos por meio, por exemplo, da censura de manifestações artísticas que promoviam o nacionalismo e o patriotismo coreano, como é explicitado no seguinte trecho:

[...] o Japão fez tentativas de extinguir a Coreia como nação: sociedades acadêmicas dedicadas aos estudos coreanos foram extintas, a publicação de jornais, revistas e livros foi proibida, coreanos foram obrigados a cumprir rituais de adoração em santuários Shintô e também foram forçados a trocar seus nomes por opções de origem japonesa (Rodrigues, 2020, p. 14).

Em 1941, o Exército de Restauração Coreano, em conjunto com o governo provisório coreano, declararam guerra contra o Japão. Em 1945, o exército japonês se rendeu. Dessa forma, a oposição coreana vencedora no conflito. É relevante, no entanto, apontar a ação de tropas norte-americanas e soviéticas nesse processo, uma vez que, em regiões ao Sul da Coreia, os Estados Unidos juntaram-se aos coreanos no combate contra os japoneses, reconhecendo a independência coreana em um cenário de Segunda Guerra em uma tentativa de derrotar o Império japonês, país aliado da Alemanha Nazista e da Itália Fascista que, juntos, constituíram o Eixo, bloco de países que eram inimigos dos Aliados, e a União Soviética, apoiando o processo de independência dos coreanos, ocuparam o norte da Coreia em uma tentativa de conquistar a Manchúria. Quando o Japão se rendeu, teve que reconhecer a derrota, no Sul, para os americanos e, no norte, para os soviéticos. Em decorrência da ocupação desses dois países com ideologias contrárias no território da Coreia, a península coreana foi dividida em Sul e Norte no Paralelo 38¹¹. Assim, foram constituídos dois países: Coreia do Sul e Coreia do Norte (Rodrigues, 2020).

Mesmo após o período de colonização das Coreias pelo Japão, a relação entre esses países permanece fragilizada. Para compreender esse fenômeno, faz-se essencial abordar os acontecimentos históricos após a Guerra Fria. Nesse sentido, nos períodos posteriores ao conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, o recuo desses países na Ásia, sobretudo da União Soviética, abriu espaço para que as nações asiáticas acendessem economicamente. Desta forma, a Coreia do Sul promoveu uma série de políticas econômicas que a inseriu no mercado internacional e a transformou em uma potência industrial, instituindo um pesado investimento em capital humano e físico, industrialização, abertura de mercado, políticas fiscais e monetárias.

Contudo, a rápida industrialização acarretou aos coreanos impasses econômicos com o Japão, uma vez que o país nipônico também busca por mercados no continente

asiático, apresentando-se com o Estado japonês impondo restrições de exportação à Coreia, pois o país coreano precisa de insumos oriundos do território nipônicos para produzir seus produtos, e a justificativa do Japão é a desconfiança da utilização desses insumos pela Coreia. Para os coreanos, essa restrição, por sua vez, remonta à atuação do Império Japonês no país e aos discursos de superioridade e pureza japonesa. É necessário abordar que há discussões acerca de indenizações para a Coreia devido às condições que a população coreana foi exposta durante a colonização nipônica, a saber: exploração do trabalho, exploração sexual de mulheres, violações contra a liberdade.

Em 1941, o Exército de Restauração Coreano, em conjunto com o governo provisório coreano, declararam guerra contra o Japão. Em 1945, o exército japonês se rendeu. Dessa forma, a oposição coreana vencedora no conflito. É relevante, no entanto, apontar a ação de tropas norte-americanas e soviéticas nesse processo, uma vez que, em regiões ao Sul da Coreia, os Estados Unidos juntaram-se aos coreanos no combate contra os japoneses, reconhecendo a independência coreana em um cenário de Segunda Guerra em uma tentativa de derrotar o Império japonês, país aliado da Alemanha Nazista e da Itália Fascista que, juntos, constituíram o Eixo, bloco de países que eram inimigos dos Aliados, e a União Soviética, apoiando o processo de independência dos coreanos, ocuparam o norte da Coreia em uma tentativa de conquistar a Manchúria. Quando o Japão se rendeu, teve que reconhecer a derrota, no Sul, para os americanos e, no norte, para os soviéticos. Em decorrência da ocupação desses dois países com ideologias contrárias no território da Coreia, a península coreana foi dividida em Sul e Norte no Paralelo 38¹¹. Assim, foram constituídos dois países: Coreia do Sul e Coreia do Norte (Rodrigues, 2020).

Mesmo após o período de colonização das Coreias pelo Japão, a relação entre esses países permanece fragilizada. Para compreender esse fenômeno, faz-se essencial abordar os acontecimentos históricos após a Guerra Fria. Nesse sentido, nos períodos posteriores ao conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, o recuo desses países na Ásia, sobretudo da União Soviética, abriu espaço para que as nações asiáticas acendessem economicamente. Desta forma, a Coreia do Sul promoveu uma série de políticas econômicas que a inseriu no mercado internacional e a transformou em uma potência industrial, instituindo um pesado investimento em capital humano e físico, industrialização, abertura de mercado, políticas fiscais e monetárias.

Contudo, a rápida industrialização acarretou aos coreanos impasses econômicos com o Japão, uma vez que o país nipônico também busca por mercados no continente

asiático, apresentando-se com o Estado japonês impondo restrições de exportação à Coreia, pois o país coreano precisa de insumos oriundos do território nipônicos para produzir seus produtos, e a justificativa do Japão é a desconfiança da utilização desses insumos pela Coreia. Para os coreanos, essa restrição, por sua vez, remonta à atuação do Império Japonês no país e aos discursos de superioridade e pureza japonesa. É necessário abordar que há discussões acerca de indenizações para a Coreia devido às condições que a população coreana foi exposta durante a colonização nipônica, a saber: exploração do trabalho, exploração sexual de mulheres, violações contra a liberdade e subjugação dos coreanos. Entretanto, o Japão se recusa a realizar o pagamento pela reparação histórica, apesar do país reconhecer algumas das atrocidades cometidas contra os coreanos, expressando, por exemplo, pedidos de desculpas pela Declaração de Kono (Prado; Marques; Gonçalves, 2020).

É oportuno citar que a relação entre a Coreia do Norte e o Japão é marcada por conflitos históricos e questões de segurança, principalmente por causa do programa nuclear e de mísseis norte-coreano, que representa uma grande inquietação para o Japão. Ademais, o rapto de japoneses pela Coreia do Norte durante as décadas de 1970 e 1980 ainda é uma questão delicada. Apesar das constantes tentativas de diálogo, principalmente mediadas por terceiros, como os Estados Unidos, essas discussões raramente levam a progressos, devido à persistência do regime norte-coreano em manter seu programa nuclear e à demanda do Japão para solucionar os casos de reféns. Em grande parte, isso se deve ao isolamento da Coreia do Norte e às sanções internacionais impostas.

É importante destacar que os coreanos hodiernamente produzem obras sobre o período de colonização japonesa. Nelas, são explicitadas todas as violações e violência que a população da Coreia foi submetida pelos japoneses. No âmbito cinematográfico, por exemplo, existem obras que retratam os horrores da colonização nipônica. “My Way”, por exemplo, retrata a história de dois meninos, um coreano e um japonês, que foram condicionados a crescerem se odiando por quererem se tornar atletas olímpicos. Contudo, com o início da Segunda Guerra Mundial os dois precisam unir forças para sobreviverem. A obra “A Era da Escuridão” retrata a história de coreanos que lutaram contra os militares japoneses, resistindo e reagindo a toda violência que o Japão cometeu contra a Coreia. E, por fim, a obra “Assassinato” expõe a narrativa da conspiração em matar o governador Kang In Guk, aliado dos japoneses (Brites, 2020).

Esses exemplos são algumas das obras que abordam a ocupação japonesa na Coreia, expondo toda a exploração e violência que os coreanos foram expostos. Ademais, como já abordado, as artes estiveram no cerne dos movimentos nacionalistas e patriotas coreanos que possuíam o intuito de promover manifestações contra o regime nipônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo da perspectiva artística do racismo e da xenofobias, presentes na Guerra do Pacífico, e das ideias dos autores citados, é notável que o impacto japonês na China e na Coreia não se limita somente à dominação militar e que o imperialismo japonês como um todo foi um reflexo de um conflito de imagens e representações dos atores envolvidos, sejam elas representações estereotipadas, feitas com o intuito de menosprezar e intimidar a outra nação, ou até como meio de imposição e aceitação nacional e internacional.

A conduta nipônica diante da China e Coreia, por exemplo, foi uma reação proveniente dos avanços ocidentais sobre o continente asiático. Tendo que, para os japoneses, esses avanços eram uma ameaça à integridade e à soberania territorial e cultural do Japão. Pode-se afirmar também que esta conduta foi motivada pelas idealizações de modernização oriundas da Restauração Meiji, uma vez que, para sustentar as mudanças industriais, o país necessitou expandir sua influência por meio do imperialismo e do colonialismo.

A ocupação na China se deu por meio da vitória nipônica sobre os chineses no conflito denominado Guerras Sino-Japonesas que consistiu em duas batalhas pela posse de algumas províncias chinesas. Em decorrência da vitória japonesa, haja vista os infortúnios políticos que a China passava durante o conflito, o país invadiu a China e promoveu uma onda de violências e violações contra a população chinesa.

A ocupação na Coreia também aconteceu por meio de um parecido *modus operandi*, uma vez que o Japão só invadiu a Coreia após a vitória sobre a Rússia, que também buscava influência na Ásia, devido a um déficit econômico e industrial entre estes dois países. Após o êxito, o Japão anexou a Coreia e promoveu uma severa opressão contra os coreanos para garantir sua hegemonia local, depois de subjugar o povo da Coreia.

É explícito, desse modo, que o Japão operou o Imperialismo, nos moldes europeus, sobre a Ásia para mudar a ordem internacional, tornando-se, para isso, uma potência

asiática que iniciou sua campanha de conquista em decorrência de ameaças ocidentais.

Com relação à Coreia do Sul, o Japão fez um pedido formal de desculpas à Coreia do Sul por seus abusos durante o período de ocupação colonial (1910-1945) pela primeira vez em 1995, e novamente em 2001, com um reconhecimento explícito do sofrimento causado aos coreanos, incluindo o uso de "mulheres de conforto" e trabalho forçado. Embora o pedido de desculpas tenha sido aceito, as relações bilaterais ainda são afetadas por questões não resolvidas, como a disputa territorial sobre as ilhas Dokdo/Takeshima e a sensação de que o Japão não fez o suficiente em termos de reparações. Apesar disso, os dois países mantêm laços econômicos e, desde 1998, tentam melhorar as relações culturais e diplomáticas, embora o ressentimento popular ainda seja significativo.

Já com a Coreia do Norte, as relações entre o Japão e a Coreia do Norte são muito tensas, e o Japão nunca fez um pedido formal de desculpas. O principal ponto de conflito é a questão dos sequestrados japoneses pelas forças norte-coreanas nas décadas de 1970 e 1980, que o Japão exige que sejam devolvidos e esclarecidos. Além disso, o programa nuclear da Coreia do Norte e as ameaças à segurança do Japão impedem qualquer progresso significativo na reconciliação. Embora tenha havido algumas tentativas de diálogo, as tensões permanecem altas, e a falta de desculpas formais e a questão da segurança continuam a ser grandes obstáculos para uma normalização das relações.

Por fim, Japão também fez tentativas de reconciliação com a China, incluindo o pedido de desculpas do primeiro-ministro Tomiichi Murayama em 1995 e outros gestos de arrependimento pelos danos causados pela agressão japonesa na Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) e os massacres, como o Massacre de Nanquim. No entanto, muitos chineses consideram que as desculpas foram insuficientes, especialmente em relação à falta de compensações ou uma discussão mais profunda sobre as atrocidades cometidas. Além disso, visitas de líderes japoneses ao Santuário Yasukuni, que homenageia criminosos de guerra, continuam sendo um ponto de discórdia, impedindo uma reconciliação plena e uma normalização das relações.

Além disso, também é possível concluir que tanto as ações japonesas durante a invasão de seus vizinhos continentais quanto as ações americanas a partir do seu envolvimento na Guerra do Pacífico são permeadas por ideais racistas e xenofóbicos. Ideais esses que são representados por meio da arte (de um modo geral e não participando de discussões sobre sua definição), como é perceptível em filmes, apresentações, músicas populares e, até, em propagandas de guerra e charges da época.

NOTAS

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: kira.popovy@gmail.com e/ou rika.1648.ucb@gmail.com.

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: rluisguilherme9@gmail.com.

³ “O shogunato foi a ditadura militar hereditária do Japão (1192-1867). Legalmente, o xogum respondia perante o imperador, mas, à medida que o Japão evoluiu para uma sociedade feudal, o controle dos militares tornou-se equivalente ao controle do país. O imperador permaneceu em seu palácio em Quioto principalmente como um símbolo do poder por trás do shogun.” (Britannica, 2023, tradução automática)

⁴ Choshu era um domínio extenso e poderoso, caracterizado por sua antipatia ao regime de xogunato e pela sua resistência histórica ao xogunato de Tokugawa, representando a primeira vez que um domínio desafiava com êxito as forças desse regime (Henshall, 2004).

⁵ No contexto do expansionismo pela Ásia, a missão japonesa começaria pela Manchúria, dada sua posição geográfica e sua capacidade de ser uma fonte de recursos minerais e alimentícios. Também, havia uma crença de que o controle da Manchúria era essencial para o comando unificado da Ásia pelos japoneses (Sakurai, 2007).

⁶ Dower (1986, p. 254) descreve quão comum era a tendência de os japoneses tentarem se diferenciar fisicamente das pessoas mais ‘escuras’ da Ásia. Um dos exemplos seriam xilogravuras retratando o fim da Primeira Guerra Sino-Japonesa no final do século XIX. Nelas, que tinham gráficos brilhantemente coloridos na reta final do uso de xilogravuras como reportagem (antes da disseminação das fotografias jornalísticas), os japoneses eram representados como caucasianos e os chineses como figuras estereotipadas.

⁷ A parte da chuva diz respeito a uma seca que estava se alastrando na China na época, tendo a frase o sentido de que, assim que a presença estrangeira se fosse, todos os problemas da China se resolveriam (Mitter, 2013).

⁸ Referência à ópera “*The Mikado*” de Gilbert e Sullivan, que foi explorada anteriormente neste trabalho

⁹ Algumas dessas propagandas, em especial as americanas e japonesas, podem ser vistas na obra de Dower, da página 218 à 245.

¹⁰ Crimes são ações que atentam contra a liberdade e a dignidade sexual de todo e qualquer indivíduo. Se enquadram nessas ações, estupro, assédio e importunação sexual, atos obscenos. Fonte:
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/quais-sao-os-tipos-de-crimes-sexuais-previstos-no-brasil/1642386524>.

¹¹ O Paralelo 38 é um linha que marca a fronteira entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte.

REFERÊNCIAS

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Formation of a rival southern government.** Encyclopedia Britannica, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/China/Formation-of-a-rival-southern-government>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Shogunate.** Encyclopedia Britannica, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/shogunate>. Acesso em: 21 de nov. 2024.

BRITES, Alessandra Scangarelli. **Imperialismo e Colonialismo:** A representação das relações intrínsecas e dúbias entre as elites japonesa e coreana através do cinema. In: BUENO, André; PARNOV, Edelson Costa; NASCIMENTO, Mateus Martins do; FERREIRA, Vanessa Costa (org.). Faces da Ásia. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/CEA-UFF, 2020. p. 13-23.

CHANG, Iris. **The Rape of Nanking:** The Forgotten Holocaust Of World War II. New York: Basic Book, Perseus Books Group, 2011.

DOWER, John W. **War Without Mercy:** Race and Power in the Pacific War. New York: Pantheon Books, 1986.. Disponível em: [file:///T:/Cloud/Kira/Cat%C3%B3lica/N%C3%BAcleos/NUPRI/_OceanofPDF.com_War_Without_Mercy_-_John_W_Dower%20\(1\).pdf](file:///T:/Cloud/Kira/Cat%C3%B3lica/N%C3%BAcleos/NUPRI/_OceanofPDF.com_War_Without_Mercy_-_John_W_Dower%20(1).pdf). Acesso em: 10 de nov. 2023.

GRUHL, Werner. **Imperial Japan's World War Two 1931-1945.** New York: Routledge, Taylor & Francis group, 2007.

HENSHALL, Kenneth. **História do Japão.** Ed 2. Lisboa: Edição 70 Lda, 2004.

MITTER, Rana. **China's War With Japan, 1937–1945:** The Struggle For Survival. Penguin Books Ltd, 2013.

MITTER, Rana. **Forgotten Ally:** China's World War II, 1937–1945. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

NAM, Sun Young. **As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão:** o caso das 'Mulheres de Conforto' da Coreia. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 50 . 2018

BNARAOKA, Sochi. **Japan's Twenty-One Demands and Anglo-Japanese Relations**. In: BEST, Antony (Ed.). *Britain's Retreat from Empire in East Asia, 1905–80*. London: Routledge, 2017. p. 1–229. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/22275>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NATIONAL ARMY MUSEUM. **The Boxer Rebellion. National Army Museum**. Disponível em: <https://www.nam.ac.uk/explore/boxer-rebellion>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

PAINE, S.C.M. **The Sino-Japanese War of 1894-1895**: Perceptions, Power e Primacy. New York: Cambridge University Press (Digital Printing), 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gLgz65bll7cC&oi=fnd&pg=PP1&dq=sino+japanese+war&ots=5inKeVvclm&sig=tYLNgs9uFsxmIRjFZv8bzUWsGCE#v=onepage&q=sino%20japanese%20war&f=false>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

PRADO, D. F. L.; MARQUES, J. S.; GONÇALVES, O. R. O. D. **Japão e Coreia do Sul em disputa**: a importância sul-coreana no mercado de tecnologia e a origem colonial das rivalidades. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, v. 12, n. 23, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/97237/56203>. Acesso em: 18 mar. 2024

RODRIGUES, Nathalya, Pereira. **Coreia do Sul e Japão**: Um passado conflituoso nas políticas de cooperação para o GSOMIA. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, p. 22. 2018.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

SUZUKI, R. I. O. **Guerra Russo-Japonesa**. Monografia (Bacharel em Ciências Militares) - Curso de Graduação em Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro. Rezende, p.42, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5494/1/6286.pdf.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023

VISENTINI, P. F.; PEREIRA, A. D.; MELCHIONNA; H.H. **A Revolução Coreana**. Unesp, 2004. Disponível em: https://resistir.info/livros/a_revolucao_coreana.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

WHISTLER, Simon. **The Russo-Japanese War**: The War that Made Imperial Japan. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ThWVD9e7aM8>. Acesso em: 10 de fev. 2024.